



Diário da Justiça

REPÚBLICA
FEDERATIVA
DO BRASIL

ANO LXV — Nº 203

TERÇA-FEIRA, 23 DE OUTUBRO DE 1990

BRASÍLIA — DF

Sumário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	PÁGINA 11701
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL.....	11726
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.....	11726
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.....	11746
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR.....	11799
EDITAIS E AVISOS.....	11801

Supremo Tribunal Federal

Presidência

EXPEDIENTE DO DIA 22 DE OUTUBRO DE 1990

ÍNDICE DE ADVOGADOS

ALCEBIANES SIQUEIRA	1 0021224-1/160
FERNANDO PROCOPIO DE ARAUJO FERRAZ	1 0000384-4/600
HERRERTO ALFREDO VARGAS CARNIDE	1 0000285-1/400
JUDICIAEL SUDARIO DE PINHO	1 0000293-7/260
MARISA SCHULTZER DEL NERO POLETTI	1 0000384-4/600
SHIRLEY DORO	1 0021225-0/160
VLADIMIR ROSSI LOURENCO	1 0000294-5/260

DISTRIBUIÇÃO

CENTESIMA VIGESIMA SEGUNDA AUDIENCIA DE DISTRIBUIÇÃO EXTRA-ORDINARIA, REALIZADA EM 19 DE OUTUBRO DE 1990. PRESIDENTE O EXMO. SR. MINISTRO ALDIR PASSARINHO (ART. 37, I RISTF).

AS 17:00 HORAS, NO GABINETE DA PRESIDENCIA, FORAM DISTRIBUIDOS OS SEGUINTE FEITOS, PELO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS:

MS 0021224-1/160 DF
RELATOR : MIN. CELIO BORJA
IMPE : PAULO DE TARSO DOS SANTOS SIQUEIRA
ADV. : ALCEBIANES SIQUEIRA
IMPO : PRESIDENTE DA REPUBLICA

MS 0021225-0/160 DF
RELATOR : MIN. MARCO AURELIO
IMPE : MARIA RIVANI TOMICH
ADV. : SHIRLEY DORO E OUTRO
IMPO : PRESIDENTE DA REPUBLICA

SS 0000293-7/260 DF
RETE : ESTADO DO CEARA
ADV. : JUDICIAEL SUDARIO DE PINHO
REDO : TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO CEARA
REGISTRO

SS 0000294-5/260 DF
RETE : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

ADV. : VLADIMIR ROSSI LOURENCO E OUTROS
REDO : RELATOR DO MS N. 25.818-8 DO TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
IMPE : MARCELO MIRANDA SOARES
REGISTRO

MI 0000285-1/400 DF
RELATOR : MIN. PAULO BROSSARD
IMPE : ADY LIMA ZENOBIO DA COSTA E OUTROS
ADV. : HERRERTO ALFREDO VARGAS CARNIDE E OUTROS
IMPO : PRESIDENTE DA REPUBLICA
IMPO : CONGRESSO NACIONAL

ADIN 0000383-6/600 DF
RELATOR : MIN. MARCO AURELIO
RETE : PROCURADOR GERAL DA REPUBLICA
REDO : GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA
REDO : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

ADIN 0000384-4/600 DF
RELATOR : MIN. CELIO BORJA
RETE : ANDA - ASSOCIACAO NACIONAL PARA DIFUSAO DE ADUBOS E CORRETIVOS AGRICOLAS
ADV. : FERNANDO PROCOPIO DE ARAUJO FERRAZ
ADV. : MARISA SCHULTZER DEL NERO POLETTI E OUTROS
REDO : GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANA
REDO : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANA

MINISTRO	REGISTR.	DISTR.	REDISTR.	TOTAL
MIN. PRESIDENTE	2			2
MIN. CELIO BORJA		2		2
MIN. PAULO BROSSARD		1		1
MIN. MARCO AURELIO		2		2
TOTAL	2	5		7

Brasília, 19 de outubro de 1990

ALBERTO VERONESE AGUIAR
Diretor do Departamento Judiciário

MINISTRO ALDIR PASSARINHO
Presidente

Plenário

ATA DA 30ª (TRIGÉSIMA) SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 17 DE OUTUBRO DE 1990

Presidência do Senhor Ministro Néri da Silveira. Presen-tes os Senhores Ministros Moreira Alves, Aldir Passarinho, Sydney Sanches, Octavio Gallotti, Célio Borja, Paulo Brossard, Sepúlveda Pertence, Celso de Mello, Carlos Velloso e Marco Aurélio.

Procurador-Geral da República, o Dr. Aristides Junquei-ra Alvarenga.

Secretário, o Dr. Hércelus Bonifácio Ferreira.

Abriu-se a sessão às treze horas e trinta minutos, sendo lida e aprovada a ata da sessão anterior.

Julgamentos

Pet 423-0 (AgRg) - SP
Rel.: Ministro Celso de Mello. Agtes.: Renato Guimarães Jr. e outros (Adv.: Renato Guimarães Jr.). Agdo.: Ralph Tortima Stettinger.

Decisão: Apresentado o feito em Mesa o julgamento foi adiado em virtude do adiantado da hora. Plenário, 23.08.90.

Decisão: Após o voto do Sr. Ministro Relator que negava provimento ao agravo regimental, o julgamento foi adiado em virtude do pedido de vista do Sr. Ministro Sepúlveda Pertence. Plenário, 17.10.90.

MS 20.840-6 - DF

Rel.: Ministro Carlos Velloso. Impte.: Fernando Murillo Pereira Peixoto (Adv.: Walmyr Mattos, Joseval Sirqueira e outro). Autoridade Coatora: Presidente da República.

Decisão: Preliminarmente o Tribunal conheceu de questão de ordem suscitada pelo Sr. Ministro Moreira Alves e a decidiu, por maioria, no sentido de a Corte julgar, por primeiro, a matéria relativa a tempestividade do mandado de segurança, vencidos os Srs. Ministros Relator e Sepúlveda Pertence. Após os votos dos Srs. Ministros Relator, Marco Aurélio, Celso de Mello, Sepúlveda Pertence, Paulo Brossard e Célio Borja, que recusavam a preliminar de intempestividade, o julgamento foi adiado pelo pedido de vista do Sr. Ministro Moreira Alves. Falaram: pelo Impte. a Dra. Suzel Whitaker Mattos Rosman e pelo Ministério Público Federal o Dr. Affonso Henriques Prates Correia. Plenário, 22.08.90.

Decisão: O Tribunal, por maioria, não conheceu do mandado de segurança por intempestivo, ressalvadas as vias ordinárias, vencidos os Srs. Ministros Sepúlveda Pertence, Paulo Brossard, Célio Borja e Octavio Gallotti, que não acolhiam a intempestividade. O Sr. Ministro Aldir Passarinho, não obstante reconhecer a intempestividade do mandado de segurança, conhecia da petição como pedido de prosseguimento do julgamento do mandado de segurança anterior, decidido em 02 de março de 1966. Votou o Presidente. Plenário, 17.10.90.

MS 21.102-4 - DF

Rel.: Ministro Sepúlveda Pertence. Impte.: José Rubens Pillar (Adv.: Oscar Luiz de Moraes). Autoridade Coatora: Mesa do Senado Federal. Litisconsorte Passivo: Alberto Hoffmann (Adv.: Honório Pereira Severo).

Decisão: Após o voto do Sr. Ministro-Relator indeferindo o mandado de segurança, o julgamento foi adiado em virtude do pedido de vista do Sr. Ministro Marco Aurélio. Falou, pelo Litisconsorte Passivo, o Dr. Honório Pereira Severo. Plenário, 23.08.90.

Decisão: Apresentado o feito em Mesa o julgamento foi adiado em virtude do adiamento da hora. Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Célio Borja. Plenário, 05.09.90.

Decisão: Preliminarmente o Tribunal rejeitou, contra o voto do Sr. Ministro Marco Aurélio, as preliminares de carência da ação e de ilegitimidade ativa do impetrante. No mérito, após os votos dos Srs. Ministros Relator, indeferindo o mandado de segurança, e Marco Aurélio e Sydney Sanches deferindo o pedido, o julgamento foi adiado em virtude do pedido de vista do Sr. Ministro Carlos Velloso. Plenário, 20.09.90.

Decisão: Após os votos dos Srs. Ministros Relator, Paulo Brossard, Célio Borja e Octavio Gallotti, que indeferiram o man

dado de segurança, e dos votos dos Srs. Ministros Marco Aurélio, Carlos Velloso, Celso de Mello e Sydney Sanches, que o deferiam, o julgamento foi adiado em virtude do pedido de vista do Sr. Ministro Aldir Passarinho. Plenário, 17.10.90.

HC 68.210-3 - RS

Rel.: Ministro Sepúlveda Pertence. Pacte.: Olindo Felckircher. Impte.: Jabs Paim Bandeira. Coator: Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.

Decisão: Após o voto do Sr. Ministro-Relator deferindo a ordem para anular o acórdão, a fim de que outro julgamento seja realizado, e determinando a soltura do paciente, o julgamento foi adiado em virtude do pedido de vista do Sr. Ministro Marco Aurélio. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Aldir Passarinho, na ausência justificada do Sr. Ministro Néri da Silveira, Presidente. Ausentes, justificadamente, os Srs. Ministros Moreira Alves, Paulo Brossard e Carlos Velloso. Plenário, 12.09.90.

Decisão: Apresentado o feito em Mesa o julgamento foi adiado em virtude do adiamento da hora. Plenário, 26.09.90.

Decisão: Apresentado o feito em Mesa, o julgamento foi adiado em virtude do adiamento da hora. Plenário, 11.10.90.

Decisão: Após os votos dos Srs. Ministros Relator e Marco Aurélio deferindo a ordem para anular o acórdão, a fim de que outro julgamento seja realizado, e determinando a soltura do paciente, o Tribunal, por unanimidade, converteu o julgamento em diligência, nos termos da proposta formulada pelo Sr. Ministro Moreira Alves. Plenário, 17.10.90.

RE 121.336-1 - CE

Rel.: Ministro Sepúlveda Pertence. Recte.: União Federal. Recda.: Ana Maria de Freitas Albuquerque (Adv.: Mantovani Colares Cavalcante e outros).

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, conheceu do recurso pela letra b mas lhe negou provimento, declarando, incidentalmente, a inconstitucionalidade dos seguintes dispositivos do decreto-lei 2.288/86: no art. 10 as expressões: "bem como dos adquirentes de automóveis de passeio e utilitários"; o art. 11 e seus incisos II, III e IV; os artigos 13 e seus parágrafos; 15 e 16 e seu § 2º. Impedido o Sr. Ministro Marco Aurélio. Plenário, 11.10.90 (decisão retificada na assentada de 17.10.90).

Brasília, 17 de outubro de 1990.

HÉRCULUS BONIFÁCIO FERREIRA
Secretário

Departamento Judiciário

Despachos

PROCESSOS DIVERSOS

ACOR 260-5-(AgRq)-MT

Agravantes: Armando Conceição e sua mulher (Adv.: Zoroastro C. Teixeira). Agravados: União Federal, Fundação Nacional do Índio-FUNAI (Adv.: Hélio A. de Paula) e Estado de Mato Grosso (Adv.: José Ricardo Ferreira Lemos).

Vistos, etc.

1. Os Autores, em 22 de junho de 1977, ajuizaram a presente ação ordinária de indenização contra a União e a Fundação Nacional do Índio-FUNAI, face a desapropriação indireta. Apontaram, na oportunidade, a aquisição de uma propriedade "agropastoril" junto ao Estado de Mato Grosso. A demanda foi distribuída à Terceira Vara Federal de Brasília (folha 2). Em 14 de setembro de 1977 peticionaram os Autores apontando que "sempre estiveram convencidos de que a gleba de terras por eles adquirida no ano de 1959 ao Estado de Mato Grosso, livre da presença de índios e, portanto, das restrições do artigo 216 da Constituição Federal, de 1946, realmente eram terras devolutas estaduais e a este Estado era lícito aliená-las". Pleitearam, assim, a denunciação da lide ao alienante Estado de Mato Grosso, requerendo fosse sustada provisoriamente a citação das Rés União e Fundação Nacional do Índio-FUNAI (folhas 225 e 226).

A folha 228 o Juiz da referida Vara determinou a citação, sendo expedida carta precatória (folhas 259 a 266), operando-se, assim, o conhecimento da demanda pelo Estado de Mato Grosso. A folha 268, os Autores, após apontarem que denunciaram a lide ao Estado de Mato Grosso, para que este viesse aditar a petição inicial, insistiram, já então, na citação das Rés - União Federal e a Fundação Nacional do Índio-FUNAI. As folhas 333 a 346 está a contestação apresentada pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI contendo, em síntese, defesa segundo a qual o título dos Autores é nulo por contrariar a Lei nº 3.081, de 22 de dezembro de 1956. Articulou, ainda, com o disposto no artigo 5º do Código de Processo Civil, pleiteando a declaração incidental de nulidade do título. Apontou, mais, a prescrição da demanda e, no mérito, stricto sensu, empolgou o disposto no artigo 198 da Constituição Federal anterior, para dizer da improcedência do



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Imprensa Nacional

SIG - Quadra 6, Lote 800 - 70604 - Brasília/DF

Telefones: (PABX (061) 321-5566) Telex: (061) 1356 DIMN BR

Fax: (061) 225-2046

CGC/MF: 00394494/0016-12

CEZAR BADO
Diretor-Geral

NELSON JORGE MONAIAR
Diretor de Publicações de Órgãos Oficiais

DIÁRIO DA JUSTIÇA - Seção I
Órgão destinado à publicação dos atos do Poder Judiciário

JOSÉ EDMAR GOMES
Editor

Publicações: os originais devem ser entregues na Seção de Recebimento de Matérias. Matérias entregues até às 13 horas serão divulgadas na edição do dia imediato. Reclamações deverão ser feitas por escrito à Diretoria de Publicações de Órgãos Oficiais até o quinto dia útil após sua publicação.

Assinaturas: as assinaturas valem a partir de sua efetivação e não incluem os suplementos, que podem ser adquiridos separadamente.

Preços	Diário Oficial		Diário da Justiça	
	Seção I	Seção II	Seção I	Seção II
ASSINATURA TRIMESTRAL:	Cr\$ 1.547,00	Cr\$ 405,00	Cr\$ 1.517,00	Cr\$ 1.247,00
PORTE:	Cr\$ 2.970,00	Cr\$ 1.518,00	Cr\$ 5.412,00	Cr\$ 2.970,00

Informações: Seção de Divulgação da Imprensa Nacional (DICOM/SEDIV)
Telefone: (061) 321-5566 - R. 309/305 ou (061) 226-2586
Horário: 8:00 às 12:30h e 13:30 às 17:00h.

AI - 2032/90.1 - TRT 2a. Região. Rel. Min. Ney Doyle. Agte: Erich Vincenz Homann (Dr. Carlos Pereira Custódio). Agda: Proveza Indústria e Comércio Ltda. (Dr. Antonio Muscat).

AI - 4355/90.9 - TRT 2a. Região. Rel. Min. José Francisco da Silva. Agtes: Regina Augusta de Castro e Castro e Outros. (Dr. Djalma da Silveira Allegro). Agda: Cia. de Seguros do Estado de São Paulo - COESP. (Dr. Jairo Miranda de A. Vergueiro).

AI - 5108/90.2 - TRT 4a. Região. Rel. Min. José Francisco da Silva. Agte: Andréa Franco Zalla. (Dra. Vera Lúcia Kolling). Agda: Textil RV Ltda.

AI - 5119/90.3 - TRT 6a. Região. Rel. Min. José Francisco da Silva. Agte: Guido Maria Cavalcanti de Oliveira. (Dr. Jaime Pires de Menezes). Agdo: Banco do Brasil S/A. (Dr. Antonio Balsalobre Leiva).

AI - 5622/90.0 - TRT 11a. Região. Rel. Min. José Francisco da Silva. Agte: Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social - INAMPS. (Dra. Ana Maria Farias de Mello). Agdos: Ivanete Nogueira de Almeida e Outros.

AI - 5657/90.6 - TRT 2a. Região. Rel. Juiz Fernando Damasceno. Agte: Sebastião Barbosa de Andrade. (Dr. Nelson Camargo Pompeu). Agdo: SERMO - Serviços e Materiais de Obras Ltda.

AI - 5661/89.2 - TRT 12a. Região. Rel. Juiz Aluísio Rodrigues. Agte: BANORTE - Banco Nacional do Norte S/A. (Dr. Ariel de Oliveira Abreu). Agdo: Remor Laudelino-Borges. (Dr. Antonio Marcos Veras).

AI - 6130/89.7 - TRT 5a. Região. Rel. Juiz Fernando Damasceno. Agte: Stilo - Construtora e Imobiliária Ltda. (Dr. Aristóteles Tardin). Agdo: Francisco Bispo dos Santos. (Dr. Juarez Teixeira).

AI - 6492/90.9 - TRT 10a. Região. Rel. Min. José Francisco da Silva. Agte: Banco do Estado de Goiás S/A - BEG. (Dr. Waldemar Ferreira). Agdo: Rogério da Silva Nunes. (Dr. Carlos Danilo B. C. de Mendonça).

AI - 6585/90.3 - TRT 3a. Região. Rel. Juiz Fernando Damasceno. Agte: Torre Eiffel Ltda. (Dr. Francisco Luis dos Santos). Agda: Valéria Martins da Silva.

AI - 6733/90.3 - TRT 15a. Região. Rel. Juiz Fernando Damasceno. Agte: Banco Econômico S/A. (Dr. José Maria de Souza Andrade). Agdo: Edson Garcia Guedes. (Dr. Josias Pereira Barbosa).

AI - 6746/90.8 - TRT 15a. Região. Rel. Juiz Fernando Damasceno. Agte: Banco Econômico S/A. (Dr. José Maria de Souza Andrade). Agdo: Carlos de Oliveira. (Dr. José Eduardo Furlanetto).

AI - 6758/90.6 - TRT 15a. Região. Rel. Juiz Fernando Damasceno. Agte: Joana Rita de Farias. (Dr. José Eymard Loguércio). Agda: S/A Indústrias Votorantim (Fábrica de Tecidos). (Dr. Luiz Antonio Vieira).

AI - 6770/90.4 - TRT 15a. Região. Rel. Juiz Fernando Damasceno. Agte: José Lúcio Aparecido dos Santos. (Dr. Joel de Oliveira). Agdo: Metálicos Indústria e Comércio Ltda. (Dra. Cecília H. M. Ambrizi).

AI - 6782/90.1 - TRT 6a. Região. Rel. Juiz Fernando Damasceno. Agte: Pfaff do Brasil S/A - Comércio e Indústria. (Dr. Ruy Ribeiro). Agdos: Arlindo Bernardes Filho e Outros.

AI - 7110/90.1 - TRT 2a. Região. Rel. Juiz Fernando Damasceno. Agte: Enesa Engenharia S/A. (Dr. Roberto Mehanna Khamis). Agdo: Geovane Faustino da Silva.

AI - 7767/89 - TRT 9a. Região. Rel. Juiz Aluísio Rodrigues. Agte: Maria dos Anjos dos Santos. (Dr. Luiz Trybus). Agda: ORBRAM - Organização e Bramilla Ltda. (Dr. Mauro J. Bordin).

Os processos constantes da presente pauta, que não forem julgados nesta Sessão, entrarão em qualquer outra que se seguir, independentemente de nova publicação.

Brasília, 18 de outubro de 1990.

JUHAN CURY AGUIAR
Diretora de Serviço da Secretaria da Turma

Superior Tribunal Militar

Diretoria Judiciária

SEÇÃO DE PROCESSO JUDICIÁRIO RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 263-0/SP

Recorrente: NILTON MONTEIRO DE SOUZA, Cap. Ex.
Recorrida: A JUSTIÇA MILITAR FEDERAL
Advogado: Dr. Paulo Rui de Godoy

DESPACHO

Nilton Monteiro de Souza, Capitão do Exército, Através dos Advogados constituídos, interpôs o presente Recurso Extraordinário, arrimado nos artigos 102, III, a e 93, IX da Constituição Federal e art. 570 do CPPM, nos termos seguintes:

"Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos ... sob pena de nulidade ..."

JURISPRUDÊNCIA TRABALHISTA

DIVULGAÇÃO Nº 1.362

Preço Cr\$

Volume		
"	II ao IV	430,00 (cada)
"	VI ao XV	430,00 (cada)
"	XVII ao XXV	430,00 (cada)
"	XXIX ao XLVIII	430,00 (cada)
"	XLIX ao LXIII	610,00 (cada)
"	LXIV ao LXVI	800,00 (cada)

As aquisições deverão ser feitas na Seção de Vendas, através de remessa de cheque visado à Imprensa Nacional.

SIG - Quadra 6, Lote 800 - CEP 70604 - BRASÍLIA-DF.
Informações: Seção de Divulgação da Imprensa Nacional. Fones. (061) 321-5566 - R. 305 ou 309 ou 226-2586; 226-6812.

Não operamos com reembolso postal.



TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

JURISPRUDÊNCIA TRABALHISTA

Vol. LII

AUDIÊNCIA DE PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS

BRASÍLIA - 1987

Como se vê da ata de fls. da sessão em que foi prolatado o v. acórdão ora recorrido, o mesmo é fruto de julgamento realizado em sessão secreta do Egrégio Superior Tribunal Militar.

Assim, "data venia" referido acórdão é NULO por força do que dispõe o retro transcrito inciso IX do art. 93 da CF/88, justificando-se, pois, o oferecimento do presente recurso extraordinário, conforme previsão do inciso III, letra "a" da CF/88, uma vez que o v. acórdão recorrido contraria expressa disposição da Constituição vigente.

Verificados, pois, os pressupostos legais, pede o requerente seja determinado o processamento do presente recurso extraordinário, abrindo-se, oportunamente vistas dos autos para a apresentação das razões a que alude o art. 575 do CPPM."

Acompanha a impetração o mandato procuratório de folhas 4.

Oficiando nos autos, a d. Procuradoria-Geral da Justiça Militar opinou pela não admissão do recurso (fls. 8 a 12).

Em despacho exarado às fls. 13 determinei fosse certificada a tempestividade do recurso, bem como viessem, por cópia o acórdão hostilizado e a ata da sessão de julgamento.

É o Relatório.

Decido:

O recorrente, por ter sido declarado indigno para o oficialato, tendo perdido o posto e a patente, pretende ver nulificado o decisum desta Corte prolatado nos autos da Representação Para Declaração de Indignidade nº 18-0-Distrito Federal, porque o julgamento ocorrera em sessão secreta, ao arpejo do disposto no art. 93, inciso IX da Constituição Federal.

Com efeito, inobstante o julgamento tenha ocorrido em sessão secreta com suporte no art. 13, § 2º do Regimento Interno desta Corte, não afrontou a Constituição Federal, no seu art. 93, inciso IX, verbis:

"Art. 93."

IX - todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei, se o interesse público o exigir, limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes;"

isto porque o então representado, ora recorrente, nem o seu advogado constituído se fizeram presentes quando do julgamento, conforme se vê do Extrato da Ata da 46ª Sessão, em 07 de Agosto de 1990.

A ausência da parte e principalmente do seu defensor à Sessão de julgamento impedem a alegação da nulidade no momento processual próprio (Art. 504, letra b do CPPM).

E mais:

Nos precisos termos da decisão da Suprema Corte prolatada no RHC nº 67.494-1-RJ - "a presença do advogado, na ocasião do julgamento, não é obrigatória, mas sim facultativa ..."

O que importa dizer que, in casu, a presença do advogado no recinto do julgamento não se constitui em requisito essencial e necessário à validade do ato.

Ademais, é defeso à parte alegar nulidade que tenha dada causa.

Sobre a espécie, assim disse o Pretório Excelso, ver bis:

"EMENTA: - Processual penal militar.

Sessão de julgamento (CPPM, art. 434.

Constituição Federal, art. 93, IX).

Presença do advogado.

Embora o CPPM preveja a sessão secreta para o julgamento pelo Conselho de Justiça (art. 434), a nova Carta Política isso proíbe, mas pode ser limitada a presença às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes (art. 93, IX, da Constituição Federal). Não há, entretanto, nulidade a declarar se o advogado, apesar de convidado a permanecer no recinto de

votação, dele se retirou, por vontade própria. E sequer a alegada ausência foi apontada como causa de nulidade nos momentos próprios (CPPM, arts. 501 e 504).

Não cabe, outrossim, reabertura de prazo para a apelação, se razão inexistente para tal concessão." (RHC nº 67.494-1-RJ; Recorrente: Lanes do Carmo Hatum; Recorrido: Superior Tribunal Militar; Min Rel: Aldir Passarinho).

Por tais razões, inadmito o recurso extraordinário interposto, por incabível na espécie sub examine. Intime-se. Publique-se.

Brasília, 17 de outubro de 1990.

MINISTRO RAPHAEL DE AZEVEDO BRANCO
Almirante-de-Esquadra
Presidente

Secretaria do Tribunal Pleno

ATA DA 69ª SESSÃO (EXTRAORDINÁRIA), EM 17 DE OUTUBRO DE 1990-QUARTA-FEIRA
PRESIDÊNCIA DO MINISTRO ALMIRANTE-DE-ESQUADRA RAPHAEL DE AZEVEDO BRANCO
PROCURADOR-GERAL DA JUSTIÇA MILITAR: DR MILTON MENEZES DA COSTA FILHO
SECRETÁRIA DO TRIBUNAL PLENO: DRª SUELY MATTOS DE ALENCAR

Compareceram os Ministros Antônio Carlos de Seixas Telles, Roberto Andersen Cavalcanti, Paulo César Cataldo, George Belham da Motta, Aldo Fagundes, Luiz Leal Ferreira, Haroldo Erichsen da Fonseca, Jorge Frederico Machado de Sant'Anna, Everaldo de Oliveira Reis, Cherubim Rosa Filho, Wilberto Luiz Lima, Antonio Carlos de Nogueira e Eduardo Pires Gonçalves.

Não compareceu o Ministro Jorge José de Carvalho.

Às 13:30 horas, havendo número legal, foi aberta a Sessão.

Lida, e sem debate, foi aprovada a Ata da Sessão anterior.

Foram relatados e julgados os seguintes processos:

- RECURSO CRIMINAL 5.955-0 - Pernambuco. Relator Ministro Wilberto Luiz Lima. RECORRENTE: O Exmº Sr Juiz-Auditor da Auditoria da 7ª CJM, de ofício. RECORRIDA: A Decisão do Exmº Sr Juiz-Auditor da Auditoria da 7ª CJM, de 10 de setembro de 1990, que concedeu reabilitação ao civil AILTON PINHEIRO DE SOUZA. Adv Dr Elías Cabral Maciel.- POR UNANIMIDADE, o Tribunal negou provimento ao recurso, mantendo a r. decisão impugnada. (O MINISTRO GEORGE BELHAM DA MOTTA NÃO ASSISTIU AO RELATÓRIO).

- APELAÇÃO 46.076-4 - Rio de Janeiro. Relator Ministro Everaldo de Oliveira Reis. Revisor Ministro Eduardo Pires Gonçalves. APELANTE: CARLOS ALBERTO DA SILVA, Sd Aer, condenado a seis meses de prisão, incurso no artigo 298, combinado com o artigo 48, parágrafo único, ambos do CPM. APELADA: A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da 2ª Auditoria da Aeronáutica da 1ª CJM, de 30 de abril de 1990. Advrs Drs Lourdes Maria Celso do Valle, Josemar Leal Santana e Janete Zdanowski Ricci.- POR UNANIMIDADE, o Tribunal negou provimento ao recurso, mantendo a Sentença apelada. (O MINISTRO GEORGE BELHAM DA MOTTA NÃO ASSISTIU AO RELATÓRIO).

- APELAÇÃO 46.089-6 - Distrito Federal. Relator Ministro Eduardo Pires Gonçalves. Revisor Ministro George Belham da Motta. APELANTE: JOAQUIM RODRIGUES DA SILVA, Sd PM/DF, condenado a dois anos de prisão, incurso no artigo 240, § 4º, do CPM, com o benefício do sursis pelo prazo de dois anos. APELADA: A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da Auditoria da 11ª CJM, de 29 de maio de 1990. Adv Dr Alexandre Lobão Rocha.- POR UNANIMIDADE, o Tribunal negou provimento ao apelo, mantendo a Sentença recorrida.

- APELAÇÃO 45.984-7 - Amazonas. Relator Ministro Jorge Frederico Machado de Sant'Anna. Revisor Ministro Aldo Fagundes. APELANTE: O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR junto à Auditoria da 12ª CJM. APELADA: A Sentença do Conselho Especial de Justiça da Auditoria da 12ª CJM, de 30 de novembro de 1989, que absolveu o Maj Ex ARNOR FREIRE DE CARVALHO, do crime previsto no artigo 324, o Maj Ex MAURO CESAR DE OLIVEIRA PEDRA e o 1º Sgt Ex INOR SURDI, do crime previsto no artigo 303, parágrafo 2º, tudo do CPM. Advrs Drs Benedito de Jesus Pereira Tavares e João Thomas Luchsinger. (SESSÃO SECRETA).

- APELAÇÃO 46.013-6 - Mato Grosso do Sul. Relator Ministro Luiz Leal Ferreira. Revisor Ministro Eduardo Pires Gonçalves. APELANTE: DIOMEDES DA SILVA CARVALHO, Sd Ex, condenado a oito meses de reclusão, incurso, por desclassificação, no artigo 240, §§ 1º, 5º e 7º, do CPM, com o benefício do sursis, pelo prazo de dois anos e com o direito de apelar em liberdade. APELADA: A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da Auditoria da 9ª CJM, de 01 de março de 1990. Adv Dr Jorge Antonio Siufi.- POR MAIORIA, o Tribunal negou provimento ao apelo, mantendo a Sentença recorrida. Os Ministros ALDO FAGUNDES e EVERALDO DE OLIVEIRA REIS deram provimento ao recurso da Defesa para absolver o apelante nos termos do § 1º, do artigo 240, até porque o réu já foi punido disciplinarmente pela ação delitativa que lhe foi imputada.

- APELAÇÃO 45.688-2 - Mato Grosso do Sul. Relator Ministro Roberto Andersen Cavalcanti. Revisor Ministro Aldo Fagundes. APELANTE: O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR junto à Auditoria da 9ª CJM. APELADA: A Sentença do Conselho de Justiça do 17º Regimento de Cavalaria Mecanizado, de 29 de março de 1989, que absolveu ANTONIO CARLOS DA SILVA, Sd Ex, do crime previsto no artigo 187 do CPM. Adv Dr Jorge Antonio Siufi. (SESSÃO SECRETA).

- APELAÇÃO 46.056-1 - Rio de Janeiro. Relator Ministro Jorge Frederico Machado de Sant'Anna. Revisor Ministro Antonio Carlos de Nogueira. APELANTE: GABRIEL SOUZA COSTA, Cb Mar, condenado a quatro meses de prisão, incurso, por desclassificação, no artigo 187, combinado com o artigo 189, inciso I, parte final, ambos do CPM. APELADA: A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da 1ª Auditoria de Marinha da 1ª CJM, de 03 de abril de 1990. Advª Drª Carmem Lucia A. de Montesinos.- POR UNANIMIDADE, o Tribunal negou provimento ao recurso, mantendo a Sentença apelada.

- APELAÇÃO 45.746-3 - Rio Grande do Sul. Relator Ministro Roberto Andersen Cavalcanti. Revisor Ministro Antônio Carlos de Seixas Telles. APELANTE: O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR junto à 2ª Auditoria da 3ª CJM. APELADA: A Sentença do Conselho de Justiça do 22º Grupo de Artilharia de Campanha, de 05 de maio de 1989, que absolveu o Sd Ex LAERTE RODRIGUES OLIVEIRA, do crime previsto no artigo 183 do CPM. Adv Dr Edgar Leite dos Santos. (SESSÃO SECRETA).

- APELAÇÃO 45.773-0 - Rio Grande do Sul. Relator Ministro Roberto Andersen Cavalcanti. Revisor Ministro Paulo César Cataldo. APELANTE: ORESTES DE RAMOS, Sd Ex, condenado a seis meses de prisão, incurso no artigo 187, combinado com o artigo 72, incisos I e II, e artigo 70, inciso II, letra "a", tudo do CPM. APELADA: A Sentença do Conselho de Justiça do 3º Batalhão de Comunicações do Exército, de 23 de junho de 1989. Advª Drª Benedita Marina da Silva.- POR MAIORIA, o Tribunal, preliminarmente, anulou o processo ab initio, com fundamento no artigo 500, inciso III, letra "i" e inciso IV, do CPPM, concedendo HC, de ofício, para trancar a instrução provisória, determinando o arquivamento dos autos, considerando prejudicadas as preliminares suscitadas pela Defesa e pelo MP. O Ministro GEORGE BELHAM DA MOTTA anulou com fundamento no artigo 500, inciso IV, do CPPM. Os Ministros ROBERTO ANDERSEN CAVALCANTI (Relator) e LUIZ LEAL FERREIRA rejeitaram as preliminares suscitadas.

- APELAÇÃO 45.779-0 - Distrito Federal. Relator Ministro Roberto Andersen Cavalcanti. Revisor Ministro Aldo Fagundes. APELANTE: NELSON PASCOAL DE CARVALHO, Sd Ex, condenado a quatro meses e vinte dias de prisão, incurso no artigo 187, combinado com os artigos 72, incisos I e II, e 189, inciso I, tudo do CPM. APELADA: A Sentença do Conselho de Justiça do 1º Regimento de Cavalaria de Guardas, de 21 de junho de 1989. Advª Drª Elizabeth Diniz Martins Souto.- POR MAIORIA, o Tribunal, preliminarmente, anulou o processo ab initio, com fulcro no artigo 500, inciso III, letra "i" e inciso IV, do CPPM, concedendo HC, de ofício, para trancar a instrução provisória. O Ministro GEORGE BELHAM DA MOTTA anulou o feito com fundamento no artigo 500, inciso IV, do citado diploma legal. O Ministro RELATOR e LUIZ LEAL FERREIRA rejeitaram a preliminar.

- APELAÇÃO 46.149-5 - Rio de Janeiro. Relator Ministro Wilberto Luiz Lima. Revisor Ministro Antonio Carlos de Nogueira. APELANTE: O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR junto à 1ª Auditoria do Exército da 1ª CJM e JORGE WIL-

LIAN DA SILVA FARIAS, Sd Ex, condenado a dois meses de prisão, incurso no artigo 187 do CPM. APELADA: A Sentença do Conselho de Justiça da Escola de Equitação do Exército, de 06 de junho de 1990. Advª Clarice do Nascimento Costa. (NÃO ASSISTIU AO RELATÓRIO O MINISTRO EVERALDO DE OLIVEIRA REIS. (SESSÃO SECRETA)).

A Sessão foi encerrada às 18:55 horas.

Processos em mesa:

Quest Administr 237-2(RA)Advª Raphaela D. A. Santos e outros
Apelação 46.015-2(ST/JC)1ª/2ª proc 01/88-1 Advª Inocência Mossolin e outros
Apelação 46.046-2(AF/WL)Aud 1ª proc 36/89-3 Advª Ivanildo Barreto
Apelação 46.101-0(AN/RF)Aud 8ª proc 08/88-6 Advª Suelly P. Ferreira
Apelação 46.124-8(AN/LL)3ª/3ª proc 10/89-0 Advª Ailton F. Rodrigues
Apelação 46.167-1(AN/LL)Aud 4ª proc 4/90-0 Advª Samaritana S. Correia
Apelação 46.029-0(RF/PC)2ªEx proc 15/89-4 Advª Lucia M. Lobo e outra
Apelação 46.122-3(ER/EG)Aud 9ª proc 509/90-5 Advª Jorge A. Slufi
Apelação 46.129-0(JC/EG)1ªMar proc 513/88-1 Advª Carmen L.A. Montesinos
Apelação 46.155-0(JC/ST)3ª/3ª proc 516/90-4 Advª Ailton F. Rodrigues
Apelação 46.067-5(LL/AF)Aud 1ª proc 2/90-5 Advª Alexandre L. Rocha
Apelação 46.031-6(JC/PC)Aud 12ª proc 521/89-5 Advª Benedita J.P. Tavares
Representação 1064-1(LL) Aud 5ª
Apelação 46.135-5(ER/AN)Aud 1ª proc 546/90-5 Advª Alexandre L. Rocha
Apelação 46.107-0(ER/AN)2ªEx proc 509/90-0 Advª Teresa S. Moreira
Apelação 46.139-6(ST/ER)1ªMar proc 08/89-3 Advªs Teresa S. Moreira/outra

Aguardando decurso de prazo:

Apelação 45.719-6(RA/PC)Aud 4ª proc 502/89-6 Advª Carmen L.A. Montesinos
Apelação 46.070-5(ST/GB)1ªMar proc 11/89-4 Advª Renato R. Bhering/outras
Apelação 46.125-8(JS/EG)1ªEx proc 503/90-4 Advªs Eleonora S.C. Borges/outra
Apelação 46.166-5(RF/ST)2ªEx proc 508/90-4 Advª Teresa S. Moreira
Embargos 45.575-8(JS/EG)1ªMar proc 527/88-2 Advª Adelcy M.R.S. Corrêa
Cons Justif 147-7(ER/AN) Minist. Marinha
Rec Crim 5.958-5(RF) Aud 5ª proc 14/90-3
Apelação 46.145-2(ER/ST)Aud 7ª proc 508/90-2 Advª Ivone C. Caryalho
Apelação 46.171-1(JS/EG)1ªMar proc 510/90-4 Advª Carmen L.A. Montesinos
Apelação 45.776-5(JS/AN)3ª/3ª proc 508/88-0 Advª Ailton F. Rodrigues
Apelação 46.097-7(LL/AN)3ª/3ª proc 04/90-3 Advª Waldir A. Pinto
Apelação 46.140-0(EG/HE)1ªMar proc 01/90-2 Advªs Adelcy M.R.S. Corrêa/outra
Apelação 46.178-9(ER/ST)1ªEx proc 514/90-6 Advªs Clarice N. Costa/outra
Correição Parcial 1.386-8(PC)1ªEx IPM 35/89
Sindicância 8-1 (HE)2ªAer

Aguardando publicação:

Apelação 46.065-0(JC/AF)Aud 1ª proc 520/90-6 Advª Alexandre L. Rocha
Apelação 46.079-0(JC/PC)3ª/3ª proc 513/90-5 Advª Ailton F. Rodrigues
Apelação 46.095-2(JS/ST)Aud 8ª proc 506/90-8 Advª Suelly P. Ferreira
Apelação 46.104-5(LL/AN)2ªMar proc 505/90-9 Advª Tania S. Nascimento
Apelação 45.970-9(JS/PC)Aud 12ª proc 501/90-8 Advª João T. Luchsinger
Apelação 46.012-8(JC/AF)Aud 4ª proc 06/89-9 Advªs Angela M.A. Silva/outra
Apelação 46.090-1(JC/AN)1ªEx proc 519/89-4 Advª Clarice N. Costa
Apelação 46.169-0(GB/EG)2ªEx proc 510/90-9 Advª Lucia M. Lobo
Apelação 45.993-4(ER/PC)Aud 7ª proc 17/89-5 Advªs Expedito A. Nascimento/outras

SUELY MATTOS DE ALENCAR
Secretária do Tribunal

Pauta de Julgamentos

PAUTA Nº 136 - PROCESSOS POSTOS EM MESA:

- APELAÇÃO nº 45.793-5 - Relator Ministro Roberto Andersen Cavalcanti. Revisor Ministro Antonio Carlos de Seixas Telles. Advª Drª Eliane Otto ni de Luna Freire.

- APELAÇÃO nº 45.799-4 - Relator Ministro Roberto Andersen Cavalcanti. Revisor Ministro Aldo Fagundes. Advª Drª Benedito de Jesus Pereira Tavares.
- APELAÇÃO nº 45.879-6 - Relator Ministro Roberto Andersen Cavalcanti. Revisor Ministro Paulo César Cataldo. Advª Drª Zeni Alves Arndt.
- APELAÇÃO nº 45.918-9 - Relator Ministro George Belham da Motta. Revisor Ministro Paulo César Cataldo. Advªs Drs Guilherme José Bernardo, Sérgio Augusto Ferreira Collares, Eleonora Salles de Campos Borges, Clarice do Nascimento Costa e Mariza Pereira do Couto.
- APELAÇÃO nº 45.996-0 - Relator Ministro Wilberto Luiz Lima. Revisor Ministro Paulo César Cataldo. Advªs Drs Josemar Leal Santana, Dermeval Houly Lellis, Moacir Martins Veloso, Nythamar Hilário Fernandes de Oliveira, Rosinete de Lima e Silva Medeiros e Geraldo Pereira de Paula.
- REPRESENTAÇÃO nº 1.063-3 - Relator Ministro Aldo Fagundes. Advª Drª Ronilda Noblat.
- CORREIÇÃO PARCIAL nº 1.385-0 - Relator Ministro Haroldo Erichsen da Fonseca.
- REVISÃO CRIMINAL nº 1.232-6 - Relator Ministro Antonio Carlos de Seixas Telles. Revisor Ministro Jorge Frederico Machado de Sant'Anna. Advª Drª Sergio Lioi.

Editais e Avisos

Tribunal Superior Eleitoral

Secretaria de Coordenação Eleitoral

Subsecretaria Judiciária

Partidos Políticos

EDITAL EXPEDIDO DE ACORDO COM O ARTIGO 13, DA RESOLUÇÃO-TSE Nº 10.785, DE 15 DE FEVEREIRO DE 1980

O Exmo. Sr. Ministro CÉLIO BORJA, Relator do Processo nº 215 - Cls. 7ª - DISTRITO FEDERAL (Brasília),

FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que foi requerida a capacidade jurídica provisória do Partido do Movimento de Justiça Popular - PMJP, em petição protocolada sob o nº 8.839/90, assinada por JOÃO ALCANTARA CINTAS, Presidente da Comissão Diretora Nacional Provisória.

Nos termos do art. 13, da Resolução - TSE nº 10.785/80, o pedido poderá ser impugnado, no prazo de dez dias, a contar da publicação do presente edital.

Dado e passado aos dezoito dias do mês de outubro de mil novecentos e noventa. Eu, SEBASTIÃO DUARTE XAVIER, Diretor-Geral da Secretaria Subsecretaria.

Ministro CÉLIO BORJA, Relator.

IMPORTANTE

Para não haver interrupção de sua assinatura, alertamos que o pedido de renovação deverá ser RECEBIDO na Imprensa Nacional de 10 a 15 dias antes do vencimento, impreterivelmente. Encarecemos observar criteriosamente os prazos, uma vez que o controle informatizado não permite retroagir assinaturas.

IMPrensa Nacional — IN
Diretoria Comercial — DICOM
Seção de Divulgação — SEDIV

A
V
I
S
O

MUSEU DA IMPRENSA

Inaugurado a 13 de maio de 1982, contém o acervo histórico da Imprensa no Brasil.

VENHA CONHECÊ-LO!

Horário de visitação:

de 3ª a 6ª feira, das 9 às 17 horas

BIBLIOTECA DA IMPRENSA NACIONAL

A Imprensa Nacional possui, para consulta, várias publicações oficiais

Fornecemos cópias autenticadas de publicações dos Diários Oficiais

Maiores informações pelo fone 321-5566, ramais 300 e 301, ou no próprio local, no SIG — Quadra 6 — Lote 800

CEP 70.604 — Brasília — DF

DECLARAÇÃO DE IMPORTAÇÃO - Anexo I - CIEF 04.802
(Impressão frente e verso)
Vias: preto, alça e verde
Formato: 21 x 30 cm

1. IDENTIFICAÇÃO DO IMPORTADOR
2. IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO
3. IDENTIFICAÇÃO DO VEÍCULO
4. IDENTIFICAÇÃO DO DOCUMENTO
5. IDENTIFICAÇÃO DO VALOR
6. IDENTIFICAÇÃO DO CUSTO
7. IDENTIFICAÇÃO DO IMPORTE
8. IDENTIFICAÇÃO DO VALOR
9. IDENTIFICAÇÃO DO CUSTO
10. IDENTIFICAÇÃO DO IMPORTE

DECLARAÇÃO DE IMPORTAÇÃO - Anexo II
(Impressão frente e verso)
Vias: preto, alça e verde
Formato: 21 x 30 cm

1. IDENTIFICAÇÃO DO IMPORTADOR
2. IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO
3. IDENTIFICAÇÃO DO VEÍCULO
4. IDENTIFICAÇÃO DO DOCUMENTO
5. IDENTIFICAÇÃO DO VALOR
6. IDENTIFICAÇÃO DO CUSTO
7. IDENTIFICAÇÃO DO IMPORTE
8. IDENTIFICAÇÃO DO VALOR
9. IDENTIFICAÇÃO DO CUSTO
10. IDENTIFICAÇÃO DO IMPORTE

DECLARAÇÃO DE IMPORTAÇÃO - Anexo III - CIEF 04.804
(Impressão frente e verso)
Vias: preto, alça e verde
Formato: 21 x 30 cm

1. IDENTIFICAÇÃO DO IMPORTADOR
2. IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO
3. IDENTIFICAÇÃO DO VEÍCULO
4. IDENTIFICAÇÃO DO DOCUMENTO
5. IDENTIFICAÇÃO DO VALOR
6. IDENTIFICAÇÃO DO CUSTO
7. IDENTIFICAÇÃO DO IMPORTE
8. IDENTIFICAÇÃO DO VALOR
9. IDENTIFICAÇÃO DO CUSTO
10. IDENTIFICAÇÃO DO IMPORTE

QDS - QUADRO DE DETALHAMENTO DA SOLICITAÇÃO
Formato: 40 x 30 cm

1. IDENTIFICAÇÃO DO IMPORTADOR
2. IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO
3. IDENTIFICAÇÃO DO VEÍCULO
4. IDENTIFICAÇÃO DO DOCUMENTO
5. IDENTIFICAÇÃO DO VALOR
6. IDENTIFICAÇÃO DO CUSTO
7. IDENTIFICAÇÃO DO IMPORTE
8. IDENTIFICAÇÃO DO VALOR
9. IDENTIFICAÇÃO DO CUSTO
10. IDENTIFICAÇÃO DO IMPORTE

QDS - QUADRO DE DETALHAMENTO DA SOLICITAÇÃO
Formato: 40 x 30 cm

1. IDENTIFICAÇÃO DO IMPORTADOR
2. IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO
3. IDENTIFICAÇÃO DO VEÍCULO
4. IDENTIFICAÇÃO DO DOCUMENTO
5. IDENTIFICAÇÃO DO VALOR
6. IDENTIFICAÇÃO DO CUSTO
7. IDENTIFICAÇÃO DO IMPORTE
8. IDENTIFICAÇÃO DO VALOR
9. IDENTIFICAÇÃO DO CUSTO
10. IDENTIFICAÇÃO DO IMPORTE

QDS - QUADRO DE DETALHAMENTO DA SOLICITAÇÃO - CONTINUAÇÃO
Formato: 40 x 30 cm

1. IDENTIFICAÇÃO DO IMPORTADOR
2. IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO
3. IDENTIFICAÇÃO DO VEÍCULO
4. IDENTIFICAÇÃO DO DOCUMENTO
5. IDENTIFICAÇÃO DO VALOR
6. IDENTIFICAÇÃO DO CUSTO
7. IDENTIFICAÇÃO DO IMPORTE
8. IDENTIFICAÇÃO DO VALOR
9. IDENTIFICAÇÃO DO CUSTO
10. IDENTIFICAÇÃO DO IMPORTE

DECLARAÇÃO DE IMPORTAÇÃO - Espelho - CIEF 04.801
(Impressão frente e verso)
Vias: preto, alça e verde
Formato: 21 x 30 cm

1. IDENTIFICAÇÃO DO IMPORTADOR
2. IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO
3. IDENTIFICAÇÃO DO VEÍCULO
4. IDENTIFICAÇÃO DO DOCUMENTO
5. IDENTIFICAÇÃO DO VALOR
6. IDENTIFICAÇÃO DO CUSTO
7. IDENTIFICAÇÃO DO IMPORTE
8. IDENTIFICAÇÃO DO VALOR
9. IDENTIFICAÇÃO DO CUSTO
10. IDENTIFICAÇÃO DO IMPORTE

DECLARAÇÃO COMPLEMENTAR DE IMPORTAÇÃO - Espelho - CIEF 04.805
(Impressão frente e verso)
Vias: preto, alça e verde
Formato: 21 x 30 cm

1. IDENTIFICAÇÃO DO IMPORTADOR
2. IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO
3. IDENTIFICAÇÃO DO VEÍCULO
4. IDENTIFICAÇÃO DO DOCUMENTO
5. IDENTIFICAÇÃO DO VALOR
6. IDENTIFICAÇÃO DO CUSTO
7. IDENTIFICAÇÃO DO IMPORTE
8. IDENTIFICAÇÃO DO VALOR
9. IDENTIFICAÇÃO DO CUSTO
10. IDENTIFICAÇÃO DO IMPORTE

IMPRESSO IP 48 - Termo de Cessão e Dação
Formato: 30 x 21 cm
5 vias

1. IDENTIFICAÇÃO DO IMPORTADOR
2. IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO
3. IDENTIFICAÇÃO DO VEÍCULO
4. IDENTIFICAÇÃO DO DOCUMENTO
5. IDENTIFICAÇÃO DO VALOR
6. IDENTIFICAÇÃO DO CUSTO
7. IDENTIFICAÇÃO DO IMPORTE
8. IDENTIFICAÇÃO DO VALOR
9. IDENTIFICAÇÃO DO CUSTO
10. IDENTIFICAÇÃO DO IMPORTE

Impressos padronizados oficiais, fichas e formulários comercializados pela Imprensa Nacional

Atenção! O material deverá ser retirado nesta imprensa pelo comprador, ou este indicará transportadora para remessa com gastos a cargo do mesmo.

Consultas de preço: Diretoria Comercial (061) 226-6812, ou Seção de Divulgação (061) 226-2586